

Maria da Graça Carvalho* CABO VERDE – PARCEIRO ESPECIAL DA UNIÃO EUROPEIA



INTRODUÇÃO

A República de Cabo Verde conquistou a independência a 5 de julho de 1975 e tem registado desde então um progresso constante ao nível da organização social e política bem como do desenvolvimento humano e do crescimento económico. Sendo um país sem recursos naturais significativos, com um território distribuído por um arquipélago constituído por dez ilhas, com uma pequena população de aproximadamente 500 mil pessoas, o progresso notável desta comunidade africana deve-se em exclusivo à boa governação, à gestão criteriosa dos escasos recursos de que dispõe e ao empenho na cooperação internacional. Este facto foi reconhecido recentemente pelas Nações Unidas.

Cabo Verde passou de País Menos Avançado a País de Desenvolvimento Médio. Esta «promoção» decidida pelas Nações Unidas em dezembro de 2004 tornou-se efetiva em 2008 e deveu-se ao facto de Cabo Verde preencher dois dos três critérios exigidos para um país ser considerado no estado de desenvolvimento médio, nomeadamente ter subido no Índice de Desenvolvimento Humano e ter aumentado o seu rendimento per capita. Ainda assim o país continua a ser economicamente vulnerável e, apesar dos avanços nas áreas sociais, as desigualdades e a pobreza persistem em largas franjas da população.

Um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de cerca de 0,717 por cento, acima da média (0,695) do

grupo de 86 países do mundo com Desenvolvimento Médio, é motivo de orgulho para Cabo Verde, mas torna também num desafio mais premente a necessidade de o arquipélago superar as vulnerabilidades de que padece, como por exemplo, a fraca capacidade produtiva interna e a forte dependência da sua economia face a fatores externos, como sejam a flutuação dos preços dos combustíveis no mercado internacional, a insularidade, a falta de água e a circunstância de fazer parte da região do Sahel.

RELAÇÃO COM A UNIÃO EUROPEIA

Cabo Verde mantém com a União Europeia um relacionamento assente na partilha de valores comuns relativos à organização democrática da sociedade e do respeito pelos direitos humanos e no desiderato comum de contribuir para o progresso dos países em desenvolvimento.

As relações bilaterais entre a União Europeia e Cabo Verde são enquadradas pelo Acordo de Cotonu de 2000 e foram reforçadas com a criação de uma Parceria Especial da União Europeia com Cabo Verde e de uma Parceria para a Mobilidade. Estas iniciativas visam propiciar um quadro político para um diálogo e uma cooperação reforçados entre a União Europeia e a República de Cabo Verde.

O décimo Fundo Europeu de Desenvolvimento, em vigor até 2013, é a principal fonte de apoio à cooperação técnica e financeira entre a União Europeia e Cabo Verde. Aproximadamente 86 % dos fundos são canalizados, através do apoio ao Orçamento Geral do Estado de Cabo Verde, para promover a redução da pobreza e o crescimento económico de maneira sustentável, bem assim como para promover a Parceria Especial, sendo o restante dedicado ao sector da água, do saneamento e dos projectos específicos em diversas áreas.

As trocas comerciais entre Cabo Verde e a União Europeia são um factor determinante do desenvolvimento do país. Como referiu o Presidente da Comissão Europeia, dr. Durão Barroso, no seu discurso na Assembleia Nacional de Cabo Verde por ocasião da comemoração dos cinco anos da Parceria Especial União Europeia-Cabo Verde: «a União Europeia é de longe o maior parceiro comercial de Cabo Verde, contribuindo com 70% das suas importações e constituindo o destino de 85% das suas exportações. A dimensão das relações

comerciais ajudam a explicar o nível de crescimento da economia de Cabo Verde durante os últimos anos, mesmo apesar da crise económica global».

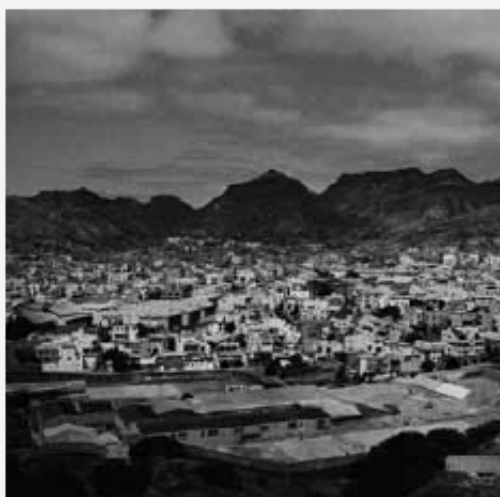
O CONCEITO DE PARCERIA ESPECIAL UNIÃO EUROPEIA-CABO VERDE

O conceito da Parceria Especial foi enunciado na comunicação da Comissão Europeia ao Conselho e ao Parlamento Europeus, datada de 24 de Julho de 2007 e na comunicação ao Conselho sobre o futuro das relações entre a União Europeia e Cabo Verde, apresentada em Outubro de 2007. A Parceria Especial foi adoptada a 19 de Novembro de 2007.

A Parceria Especial é um processo dinâmico e evolutivo que assenta na identificação de interesses comuns e na promoção desses mesmos interesses. Ao longo do processo são definidos objectivos ambiciosos cuja consecução ocorre à medida que as condições existentes o permitem. Uma característica inovadora da Parceria Especial é a utilização do diálogo político como instrumento de conhecimento, concertação e aproximação das partes. A partilha de valores e ideais é um aspecto relevante da parceria. Como disse o presidente da Comissão Europeia, no seu discurso na Assembleia Nacional de Cabo Verde: «a convergência dos nossos valores, como o compromisso com a paz, o exercício da democracia e o respeito pelos direitos humanos, explicam em larga medida esta nossa parceria».

A Parceria Especial representa uma abordagem política que ultrapassa a mera relação dador-beneficiário. Não se trata de uma transferência de fundos ou benefícios da uma parte para outra. Trata-se de um incentivo a que as partes desenvolvam projectos e iniciativas que lhes permitam tirar partido das potencialidades que ambas encerram. A Parceria Especial inscreve-se no contexto da aplicação do Acordo de Cotonu, mas procura explorar todos os aspectos do Acordo que permitem definir um novo modelo de cooperação entre a União Europeia e Cabo Verde aprofundando e alargando a cooperação entre ambas as partes, explorando novas pistas de relacionamento.

Desta forma foi dada resposta ao desejo de Cabo Verde de ultrapassar o quadro das relações existentes, colocando-as num novo patamar e alcançando um grau de cooperação significativamente maior.



OS 6 PILARES DA PARCERIA ESPECIAL

A Parceria Especial contempla seis áreas de acção prioritárias designadas «pilares». Os seus pilares da Parceria Especial são: a boa governação, a segurança e a estabilidade, a integração regional, a convergência técnica e normativa, a sociedade do conhecimento e a luta contra a pobreza e o desenvolvimento.

Boa governação

A Parceria Especial presta especial atenção à consolidação e ao aprofundamento da democracia, do Estado de direito e da participação da sociedade civil na vida política do país, assim como ao reforço do diálogo político e da cooperação, sobretudo em matéria de democracia e de direitos humanos. As reformas do sector da justiça, fundamental no combate à corrupção, bem como das finanças públicas, reforçando as capacidades da administração pública, são outro aspecto importante da Parceria Especial.

Segurança e estabilidade

Este pilar abrange sobretudo a luta contra a criminalidade organizada transnacional, a gestão eficaz dos fluxos migratórios, incluindo a melhoria da contribuição da diáspora cabo-verdiana para o desenvolvimento do país e a segurança marítima. Pela sua natureza, as acções previstas

no âmbito deste pilar só poderão ser organizadas e executadas numa base transfronteiriça e regional. Com este pilar a Parceria Especial pretende responder aos interesses comuns em matéria de segurança e de estabilidade.

Integração regional

Este pilar abrange dois eixos: o eixo das Regiões Ultra Periféricas da União Europeia e o eixo da Macaronésia (Açores, Madeira, Canárias, Cabo Verde). O objectivo consiste em melhorar a articulação e aumentar o dinamismo e a competitividade entre estes eixos, o que se encontra em consonância com a Política Europeia de Vizinhança cujo objetivo é reforçar a prosperidade, a estabilidade e a segurança de todos os envolvidos.

No cerne deste pilar está o acompanhamento da integração de Cabo Verde na África Ocidental, nomeadamente na CEDEAO, promovendo o reconhecimento das características específicas de Cabo Verde no âmbito do acordo da Parceria Especial naquela organização regional. Também se pretende prestar assistência a Cabo Verde relativamente aos Programas Indicativos Regionais do FED para a África Ocidental.

Convergência técnica e normativa

Procura-se uma convergência de políticas em matéria técnica e normativa, de modo a facilitar a aproximação às normas da União Europeia e a tirar partido das vantagens comparativas de Cabo Verde com vista ao seu desenvolvimento.

Sociedade do conhecimento

Este pilar destina-se a promover a evolução do país rumo à «sociedade do conhecimento». É dada prioridade ao desenvolvimento económico, social e cultural, nomeadamente através da educação, da investigação e da apropriação/desenvolvimento das tecnologias da informação.

Luta contra a pobreza e em prol do desenvolvimento

A componente «luta contra a pobreza» contribui para realizar os programas do Governo de Cabo Verde

desenvolvidos no âmbito do DECRP (Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza). As actividades de luta contra a pobreza incluem a vertente da protecção do ambiente, da protecção dos recursos naturais e da preservação do meio marinho, na qual está inserida a luta contra a poluição dos oceanos. O reforço da cooperação no âmbito do apoio à política nacional das pescas, nomeadamente a luta contra a pesca ilegal, não regulamentada e não declarada, contribui para a gestão sustentável dos recursos marinhos e para a preservação dos recursos em benefício da população local, muito dependente da pesca.

MECANISMO INSTITUCIONAL DE ACOMPANHAMENTO DA PARCERIA ESPECIAL

A fim de acompanhar a Parceria Especial, Cabo Verde e a União Europeia estabeleceram 3 níveis de concertação: o nível ministerial, o nível de Bruxelas e o nível da Praia.

A nível ministerial, a União Europeia e Cabo Verde reúnem-se uma vez por ano. As reuniões ocorrem alternadamente, ora em Cabo Verde ora na União Europeia, e têm como tópico central o diálogo político e o estímulo a iniciativas para a progressiva concretização dos objectivos prosseguidos.

A nível de Bruxelas, o Grupo Técnico de Seguimento reúne-se semestralmente com a missão centrada na sensibilização e mobilização dos diversos serviços técnicos chamados a cooperar na implementação dos pilares referidos acima, revê o conjunto das actividades em curso e prepara a reunião ministerial.

A nível da Praia, o Grupo Local de Seguimento fica encarregue de dar seguimento ao diálogo político e monitorar a implementação da Parceria Especial. Este grupo, composto por um lado pelos Chefes de Missão dos Estados Membros da União Europeia e da Delegação da União Europeia e, por outro, pela Administração cabo-verdiana, reúne-se regularmente sob proposta das partes.

Além destes pontos de contacto, a fim de ajudar Cabo Verde a identificar oportunidades abertas pela Parceria Especial, foi organizado o Grupo dos Amigos de Cabo Verde.

Nem o Parlamento Europeu nem a Assembleia Nacional de Cabo Verde estão formalmente envolvidos no mecanismo de acompanhamento de Parceria Especial. Daí a importância de dar a conhecer a realidade cabo-verdiana aos deputados europeus, sobretudo de países do Centro, do Norte e do Leste da Europa, e promover junto das comissões de trabalho do Parlamento Europeu o estatuto da Parceria Especial existente entre Cabo Verde e a União Europeia.

Foi neste sentido que foi organizada a publicação regular de uma newsletter que veicula toda a informação pertinente sobre as iniciativas e as actividades desenvolvidas no âmbito da Parceria Especial e é neste sentido que são organizadas visitas e encontros regulares de entidades e personalidades cabo-verdianas com responsáveis da União Europeia.

GRUPO DE AMIGOS DE CABO VERDE

O Grupo de Amigos de Cabo Verde foi criado por um conjunto de deputados ao Parlamento Europeu das mais diversas nacionalidades e famílias políticas. Trata-se de um fórum de ligação entre o Parlamento Europeu e Cabo Verde no qual podem ser debatidas ideias e assuntos de interesse comum. O grupo realiza reuniões em Bruxelas onde representantes da sociedade civil e das instituições cabo-verdianas partilham as suas ideias e experiências com representantes da União Europeia.

Assinalando os cinco anos da Parceria Especial União Europeia-Cabo Verde, o Grupo de Amigos de Cabo Verde organizou a deslocação de uma delegação do Parlamento Europeu a Cabo Verde durante a qual foram desenvolvidos importantes contactos com parlamentares cabo-verdianos. A iniciativa realizou-se a convite do Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, Dr. Basílio Mosso Ramos.

Enquanto eurodeputada tive a honra de integrar a delegação do Parlamento Europeu, em conjunto com o deputado Filip Kaczmarek, que se deslocou a Cabo Verde entre 27 e 31 de outubro 2012.

A delegação visitou projectos financiados pela UE e participou em diversos encontros com altas individualidades do meio político cabo-verdiano. Entre os vários encontros de trabalho saliento os encontros com

o Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, com a Comissão Especializada das Relações Externas, Cooperação e Comunidades e com a Comissão Eventual de Reforma do Parlamento.

Ao longo dos vários encontros os eurodeputados sublinharam a importância da Parceria Especial enquanto estatuto que contribui para o reforço do estado de direito e da boa governação através de uma maior ajuda financeira e convergência normativa entre a União Europeia e Cabo Verde. Este é um estatuto único dentro do grupo de países de África, Caraíbas e Pacífico.

Os deputados fizeram uma avaliação muito positiva do aproveitamento por Cabo Verde dos projetos financiados pela cooperação e dos fundos europeus. Foi reconhecido o bom uso que as entidades cabo-verdianas têm dado aos fundos europeus e sublinhada a importância de divulgar estas boas práticas junto dos outros deputados e das instâncias europeias.

Os programas de cooperação da União Europeia financiam grande parte dos investimentos na área da água, mas ainda existe um longo caminho a percorrer a fim de assegurar a todos os cabo-verdianos o acesso igual à água. De qualquer forma pode-se afirmar que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio foram atingidos na sua maioria e prevê-se que venham a ser integralmente alcançados até 2015.

Um aspecto relevante da visita foi o debate sobre as melhores formas de potenciar os efeitos benéficos da Parceria Especial no desenvolvimento do país. Uma das vertentes em que tal pode ser conseguido é na resposta ao desafio formulado pelos políticos cabo-verdianos quando manifestaram à delegação do Parlamento Europeu a sua preocupação com as consequências da passagem da República Cabo-Verdiana de País Menos Avançado a País de Desenvolvimento Médio. De facto esta circunstância pode levar a que o país veja reduzidas as ajudas ao desenvolvimento.

Torna-se premente a preparação, em estreita colaboração com os parceiros internacionais, de uma estratégia de transição que permita uma progressão faseada e crie as condições para que a «promoção» não constitua um obstáculo ao desenvolvimento do arquipélago.

Por outro lado, a Parceria Especial encerra outras potencialidades que passam pela possibilidade de Cabo Verde

aceder a muitos programas de financiamento e a redes de informação e de trabalho. Também neste âmbito a troca de informações entre eurodeputados e deputados e governantes cabo-verdianos é fundamental para estimular a participação nestes programas.

O FUTURO DA PARCERIA

Ensino, ciência e cultura

No domínio do ensino superior e da ciência foram analisadas as várias possibilidades que se oferecem a Cabo Verde no acesso ao financiamento nas redes de ciência, inovação e ensino superior. A Parceria Especial abre a porta para que Cabo Verde participe em programas de mobilidade de estudantes, como o programa ERASMUS, ou nos programas de ciência e inovação como o Horizonte 2020, futuro Programa Quadro Europeu de Investigação e Inovação que vigorará entre 2014 e 2020. É importante que se definam as formas de participação dos estudantes, dos investigadores e dos docentes cabo-verdianos nestes programas.

O acesso aos programas da União Europeia é um processo complexo. O plano de acção da Parceria Especial União Europeia-Cabo Verde deve integrar iniciativas de capacitação dos técnicos nacionais para um melhor conhecimento do acesso aos programas europeus. Seria interessante ter no plano de acção da Parceria Especial uma informação mais detalhada sobre os programas europeus e sobre as políticas europeias para que os cabo-verdianos possam tirar maior partido das oportunidades existentes.

Durante o encontro com o Ministro do Ensino Superior Ciência e Investigação, António Correia e Silva, foram discutidas estratégias que permitem aproximar os centros de saber cabo-verdianos das redes europeias e as modalidades de acesso aos programas europeus de ciência e inovação. Cabo Verde goza de indicadores muito positivos de educação e ensino superior, dispondo de um número elevado de doutorados, o que coloca o país em boas condições para integrar as redes internacionais.

Durante a visita o Ministro da Cultura, Mário Lúcio Sousa, informou os eurodeputados sobre o novo instrumento de apoio aos projectos dos artistas cabo-verdianos, o Banco da Cultura, inaugurado no dia 27 de junho

2011. É esta a nova designação do Fundo Autónomo de Apoio à Cultura que funciona através de um balcão que facilita o acesso ao financiamento e promove a cultura enquanto actividade de forte potencial sócio-económico.

Os deputados europeus tiveram a oportunidade de debater com o ministro da cultura formas de financiar o empreendedorismo cultural. Foi sugerida uma aproximação ao Banco Europeu de Investimento e o reforço da participação nos programas ACP (África, Caraíbas e Pacífico) dedicados à cultura.

Segurança e estabilidade regional

A segurança é uma das questões mais prementes na sociedade cabo-verdiana. O tráfico de drogas e o fundamentalismo religioso representam sérias ameaças à segurança da África Ocidental, em particular na Guiné-Bissau, no Mali e na restante região do Sahel. O governo de Cabo Verde tem feito um trabalho admirável nesta área, mas é necessário intensificar a cooperação internacional.

A União Europeia tem vindo a apoiar a determinação do governo de Cabo Verde na luta contra o narcotráfico, mas é necessário intensificar mais a cooperação regional e a cooperação intercontinental entre a Europa, a África Ocidental e a América Latina. Seria um avanço significativo os países da região implementarem o Plano de Acção Regional da Praia. Tanto mais que a União Europeia já se disponibilizou para financiar a execução deste Plano.

É amplamente reconhecido que só uma forte concertação internacional permitirá vencer o flagelo do narcotráfico. É fundamental obter a cooperação de todas as organizações regionais e internacionais mais relevantes. A CEDEAO, a CPLP, a União Africana, a União Europeia e as Nações Unidas devem trabalhar estreitamente para ultrapassar a actual situação e garantir a realização de eleições livres e transparentes nos países da região que mantêm governos corruptos e reféns do narcotráfico.

Posição privilegiada

África é hoje a região do mundo que cresce mais rapidamente. Durante a última década seis das economias que mais cresceram no mundo foram africanas. O devido

aproveitamento do potencial de África exige mais e melhor cooperação entre a Europa, África e a América do Sul.

Para a União Europeia, tanto do ponto de vista estratégico como económico, o Atlântico Sul é uma zona cada vez mais importante. Cabo Verde goza de uma situação geografia única e privilegiada no continente africano. Encontra-se no centro do Atlântico Sul donde olha de uma posição geopolítica central para a Europa e a América do Sul. Aproveitando a sua posição geográfica privilegiada Cabo Verde pode desempenhar um papel axial na dinâmica tricontinental que se desenrola na região do Atlântico Sul.

CONCLUSÃO

Cabo Verde é um país com fragilidades que enfrenta grandes desafios. Contra todas as expectativas, um país insular, sem recursos naturais, com períodos de seca prolongados, conseguiu através da boa governação, de políticas adequadas e da cooperação internacional alcançar o estatuto de País de Desenvolvimento Médio. Um reconhecimento internacional que, embora merecido, colocou ao país perante desafios, eventualmente, ainda mais gigantescos, num período em que as economias americana e europeia atravessam dificuldades conhecidas.

Para superar esta nova realidade o país aposta no aprofundamento da sua organização política e social e no reforço da cooperação internacional, na qual a Parceria Especial que mantém com a União Europeia continuará a desempenhar um papel crucial.

**Deputada ao Parlamento Europeu, membro efectivo da Comissão Indústria, Investigação e Energia, membro suplente da Comissão dos Orçamentos, membro suplente da Delegação à Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo e Co-Presidente da Comissão do Desenvolvimento Económico, das Finanças e do Comércio da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE*

